



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Estudo Preliminar
(Processo administrativo nº 23076.076014/2022-09)

Equipe de Planejamento da Contratação

(PORTARIA DE DESIGNAÇÃO Nº 34, DE 04 DE MAIO DE 2022 /DLC-PROGEST)

1. Objeto/Objetivo

Trata-se de Estudos Técnicos Preliminares referentes a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de execução de obras para realização da requalificação da academia de ginástica da Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer (SEGEL), o qual compreende uma área total de intervenção de aproximadamente 394,55 m². A contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços.

2. Referências legais

Relacionam-se diretamente ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar os seguintes instrumentos normativos:

2.1 Licitações e contratos administrativos

- I. Lei Federal nº 8.666/93 (Dispõe sobre licitações e contratos administrativos)
- II. Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento e Gestão (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional)
- III. Instrução Normativa nº 40/2020 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital)
- IV. Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União)

2.2 Proteção ambiental

- I. *Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil)*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

- II. *Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal)*
- III. IN 01/2010 (Dispões sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal).

2.3 Estruturas e fundações

- I. NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto – Procedimento)
- II. NBR 8800 (Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios) e demais normas técnicas relacionadas ao projeto e execução de estruturas metálicas.

2.4 Instalações prediais

- I. NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão).
- II. NBR 10844 (Instalações prediais de águas pluviais).
- III. NR 10 (Segurança em instalações e serviços de eletricidade)
- IV. Todas as normas técnicas e procedimentos aplicados pela concessionária de energia elétrica (CELPE) atualmente vigentes.

2.5 Canteiro de Obras

- I. NR 1 (Disposições gerais)
- II. NR 4 (Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho)
- III. NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes)
- IV. NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI)
- V. NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional)
- VI. NR 8 (Edificações)
- VII. NR 9 (Programa de prevenção de riscos ambientais)
- VIII. NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade)
- IX. NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais)
- X. NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos)
- XI. NR 15 (Atividades e operações insalubres)
- XII. NR 16 (Atividades e operações perigosas)
- XIII. NR 17 (Ergonomia)
- XIV. NR 18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção)
- XV. NR 23 (Proteção contra incêndios)
- XVI. NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho)
- XVII. NR 26 (Sinalização de segurança)
- XVIII. NR 28 (Fiscalização e penalidades)
- XIX. NR 33 (Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

2.6. Cabeamento estruturado

- I. NBR 14565 (Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede estruturada);
- II. NBR 16415 (Caminhos e espaços para cabeamento estruturado);
- III. EIA/TIA 568-A/B/C.

2.7 Outras normas e atos normativos passíveis de aplicação

- I. Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas
- II. Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei nº 16.176/96)
- III. Código de Obras da Cidade do Recife (Lei nº 16.292/97)
- IV. ABNT 9050/2020 (Acessibilidade)
- V. Todas as normas técnicas aplicáveis ao desempenho acústico e lumínico da edificação

O rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de qualquer legislação e/ou norma técnica aplicável à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar

3. Necessidade da Contratação

A academia de ginástica da Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer (SEGEL), fazia parte do complexo da Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer (SEGEL), que foi fundado no ano de 1975, com o escopo de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Física e Desportos (UFPE, 2020).

Atualmente, a SEGEL tem como missão institucional:

- I. Estimular e desenvolver projetos relacionados às práticas esportivas;
- II. Realizar ações promotoras de saúde e bem-estar;
- III. Promover a integração das pessoas através do esporte e de atividades de lazer;
- IV. Atuar em parceria com o Ministério do Esporte, a Secretaria Estadual de Esportes e diversas federações e confederações esportivas.

Entretanto, para a concretização desses objetivos, é indispensável que sejam realizadas ações de requalificação na edificação. Nesse sentido, a presente contratação almeja solucionar problemas arquitetônicos e de infraestrutura predial presentes na academia de ginástica do Núcleo, de modo a dotar a edificação das condições adequadas para atingir as missões institucionais da SEGEL.



4. Planejamento Estratégico

I. A contratação está alinhada ao Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, uma vez que a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de referência mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

II. Está também de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, que possui como objetivo estratégico “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física, de segurança e bibliotecas, garantindo a acessibilidade com eficácia”. Tal objetivo se desdobra em 10 ações, dentre as quais merece destaque a 17.6, que seria “Ampliar, recuperar e manter as edificações dos campi”.

III. O item demandado consta da listagem do Plano Anual de Contratações da UFPE – PAC 2022, no item 4865.

5. Requisitos da Contratação

- I. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s).
- II. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato.
- III. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta.
- IV. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra.
- V. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

- VI. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas.
- VII. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra.
- VIII. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6.
- IX. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis.
- X. A requalificação da academia de ginástica produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:
 - A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
 - B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.
 - C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.
 - D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.
- XI. A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:
 - A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

(i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

(ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

XII. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável.

XIII. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

6. Estimativa das Quantidades

Para atender a demanda, estima-se que a obra deverá conter, principalmente, as seguintes características:

Academia

Demolição

- I. Demolição de piso emborrachado;
- II. Demolição de parede de alvenaria;
- III. Demolição de cobogó em concreto;
- IV. Retirada de forro de gesso;
- V. Remoção de porta, esquadrias e grades de ferro;
- VI. Remoção de aparelho de ar-condicionado;
- VII. Remoção de espelho.

Construção

- I. Aplicação de revestimento vinílico no piso;
- II. Instalação de divisória acústica do tipo piso-teto;
- III. Instalação de esquadrias de vidro temperado;
- IV. Instalação de espelho cristal de espessura 4mm aplicado sobre folha de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

- compensado de espessura 10mm;
- V. Pintura da parede em tinta látex acrílica;
- VI. Aplicação de forro fixo em placas de gesso acartonado.

Dojô (conversão do uso para Crosstraining)

Demolição

- I. Demolição de piso emborrachado;
- II. Demolição de piso em madeira;
- III. Demolição de parede de alvenaria;
- IV. Demolição de cobogó em concreto;
- V. Retirada de forro de PVC;
- VI. Remoção de porta, esquadrias e grades de ferro;
- VII. Remoção de aparelhos de ar-condicionado e ventiladores de parede.

Construção

- I. Aplicação de piso emborrachado sintético autoportante para áreas de peso com espessura de 6mm e cor preta.
- II. Construção de cobogó em concreto;
- III. Pintura da parede e da estrutura de concreto em tinta látex acrílica;
- IV. Instalação de alambrado em tubos de aço galvanizado e tela quadrangular de malha;
- V. Construção de estrutura de concreto armado para apoio à instalação de equipamentos voltados à prática de atividades funcionais (*crosstraining*).

Coberta

Demolição

- I. Demolição de parede de alvenaria destinada ao apoio das telhas;
- II. Demolição de estrutura de madeira;
- III. Remoção de telha estrutural do tipo kalhetão 90;
- IV. Remoção de cumeeira;
- V. Retirada de impermeabilização da calha, inclusive camada de regularização e proteção mecânica.

Construção

- I. Construção de parede de alvenaria chapiscada e emassada nas duas faces, com acabamento em tinta látex acrílico;
- II. Construção, nas extremidades da edificação, de alvenaria em tijolo cerâmico aparente;
- III. Instalação de perfil de aço tipo “U” para fixação de telha estrutural em CFRS;
- IV. Instalação de telha estrutural em CFRS tipo Kalhetão 90 ou equivalente técnico;
- V. Instalação de cumeeira em CFRS;
- VI. Aplicação de manta a base de asfalto de 4mm, incluindo camada de regularização e proteção mecânica;
- VII. Substituição de ralo semiesférico em ferro fundido.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Estima-se que a área total de intervenção seja de **394,55 m²**, extraída diretamente do projeto executivo de arquitetura, compreendendo os seguintes ambientes:

Trecho	Área (m ²)
Academia	141,09
<i>Crosstraining</i>	253,46

7. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e requalificações de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou requalificação de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Nesse sentido, diante do exposto no item 3 (Necessidade da Contratação) deste documento, a contratação de empresa de engenharia para requalificação da academia de ginástica da Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer (SEGEL) é uma medida imprescindível ao atendimento dos escopos de ensino, pesquisa e extensão da UFPE. Isso porque, além do fato de serem necessárias intervenções pontuais de requalificação de uma edificação ao longo de sua vida útil, também surgem constantes referentes à acessibilidade física da edificação, tendo em vista a atualização das normas técnicas que regem a matéria.

Nesse sentido, outras Instituições de Ensino Federais (IEFs), nos últimos anos, têm destinados recursos a ações de requalificação de seus centros esportivos, a exemplo da UNIFEI¹ e da UFBA².

Ademais, as ações de requalificação a serem realizadas na academia de ginástica da Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer (SEGEL) não são dotadas de maiores complexidades, podendo ser facilmente executada pelas empresas e profissionais presentes na região. A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes

¹ [Unifei realiza reformas em seu Centro de Educação Física e Esportes | UNIFEI](#)

² [Parceria entre UFBA, Sudesb e Federação de Atletismo possibilitará reforma do Centro Esportivo de Ondina | Edgardigital - UFBA](#)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para a requalificação da academia de ginástica da Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer (SEGEL), com fornecimento de mão de obra e materiais, mostra-se como a solução mais adequada e viável para atingir os escopos previstos para essa contratação.

8. Estimativas de preços ou preços referenciais

Estima-se que para a realização das obras destinadas à requalificação da academia de ginástica da Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer (SEGEL) seja necessário, conforme orçamento anexo, o montante de **R\$ 747.900,09** (setecentos e quarenta sete mil, novecentos reais e nove centavos).

9. Descrição da solução como um todo

A solução desenvolvida na presente contratação **trata-se da execução de obra**, definida pelo artigo 6º, I, da lei 8.666/93 como “Toda construção, **reforma**, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta”.

Trata-se, também, de **obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo**, definida pelo Art. 16, caput, da IN 05/2017, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993”.

Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de **execução indireta**, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018.

No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de **90 (noventa) dias**.

Por fim, a contratação de empresa para a requalificação da academia de ginástica da Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer (SEGEL) **não exige dedicação exclusiva de mão de obra**, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

10. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Consoante a **súmula 247** do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, é o que adverte o Tribunal de Contas da União:

“É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.”

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

Espera-se que, após a conclusão da obra de requalificação da academia de ginástica da SEGEL:

- I. A edificação seja dotada da infraestrutura predial adequada para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- II. Sejam solucionados os problemas advindos do desgaste natural da coberta da edificação, favorecendo o seu uso e prolongando a sua vida útil.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

- III. possua espaços adequados para a prática de exercícios aeróbicos, funcionais (*crosstraining*) e de musculação.

12. Providências para adequação do ambiente do órgão

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

- I. A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.
- II. Será necessário, tendo em vista o retorno das atividades presenciais administrativas e de ensino, disciplinadas pelas resoluções CONSUNI nº 04/2021 e CEPE nº 28/2021, a elaboração de plano de atuação, por parte dos dirigentes da Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer (SEGEL), no sentido de minimizar o impacto da execução das obras nas atividades rotineiras desenvolvidas na edificação.
- III. O cronograma da obra e o mapa de risco, serão anexados ao processo da licitação nos termos da IN 05/2017.

13. Declaração da viabilidade ou não da contratação

Diante do exposto, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

Assinatura dos Membros da Equipe de Planejamento

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA SIAPE	PARECER (APROVADO/REPROVADO)
Geraldo Cabral de Carvalho Filho	2060183	APROVADO
Nicolau Firmo Barbosa Spinelli	3207458	APROVADO
Maria Isabel Pinto de Oliveira	1133506	APROVADO

Recife, 18 de outubro de 2022.

Aprovo em 18 de outubro de 2022.

Assinatura do Chefe do Setor demandante.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Aprovo em 18 de outubro de 2022.

Assinatura da autoridade competente